



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Edição Especial

Ano 44 – Nº 238

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2018



NINGUÉM
SOLTA
A MÃO
DE NINGUÉM



As mulheres
presentes na luta

Pág. 3

Onde foi parar
a reforma
agrária?

Págs. 8/9

59% a mais o
número de
famílias expulsas

Págs. 6/7

Ataque
parlamentar
aos direitos dos
povos do campo
e da natureza

Pág. 11

APRESENTAÇÃO

Indígenas, principal alvo dos ataques

O ano de 2018, em meio à turbulência das eleições e a um clima de polarização extrema favoreceu mais uma vez o crescimento da violência no campo.

O conjunto dos Conflitos no Campo, por terra, água e em torno às relações trabalhistas, sofreu um aumento de 4% em relação ao ano anterior. 1.431 conflitos em 2017; 1.489, em 2018. O que se destaca é o número de pessoas envolvidas que passaram de 708.520 para 960.342, 6% a mais que 2017. São 251.000 pessoas a mais envolvidas em conflitos.

Número de famílias expulsas cresceu 59%

O número de 2018, 1.124 casos é 3,7% menor do que 2017, quando foram registrados 1.168.

Em contrapartida o número de famílias envolvidas nestes conflitos, 118.080, foi 11,2% maior que o número de famílias envolvidas em 2017, 106.180.

As áreas em disputa atingiram o maior número: 39.425.000 hectares; 6,5%

Em relação às famílias despejadas, 11.225, esse número é 5,7% maior em 2018, do que em 2017, 10.622 famílias despejadas.

Conflitos por água, o maior crescimento

2018 – 276 conflitos, envolvendo 73.693 famílias

2017 – 197 conflitos, 35.418 famílias.

Um aumento de 40% em relação a 2017 no número de conflitos e de 108% na quantidade de famílias envolvidas.

1.465 pessoas em situação de trabalho escravo

Em 2017 foram registrados 66 casos de trabalho escravo, com 530 pessoas na denúncia e 386 libertas. Em 2018, houve o registro de 86 casos, com 1.465 pessoas na denúncia e 945 libertadas. O que corresponde a um aumento de 30% nos casos, de 176% de trabalhadores na denúncia e de 144,8% no de pessoas libertadas.

2 pessoas foram assassinadas nestes conflitos.

Violência contra mulheres em conflitos no campo, número mais alto

482 mulheres sofreram alguma forma de violência em 2018. O número mais elevado desde 2008.

Os conflitos envolvendo a mineração atingiram o patamar mais alto em 2018, com 211 conflitos. 10% a mais dos 191 em 2017.

Violência contra a pessoa

2018, felizmente, apresentou uma drástica redução nos números dos conflitos contra a pessoa.

Foram 60,6% menos assassinatos, 71 em 2017; 28 em 2018.

Menos 76,7% nas tentativas de assassinato, 120 em 2017; 28 em 2018.

Menos 27% no número de ameaças de morte, 226 em 2017; 165 em 2018.

O ano eleitoral deve ter colocado um freio nos ataques mais violentos contra as pessoas para não impactar negativamente nos resultados das urnas. Mesmo assim, a violência se manteve.

Números mostram crescimento em relação a 2017

4% no número de conflitos no campo

35% no número de pessoas envolvidas

40% em conflitos por água

30% em conflitos trabalhistas

10% em conflitos envolvendo a mineração

11,2% no número de famílias envolvidas em conflitos por terra

6,5% em terras em disputa

59% em famílias expulsas

5,7% maior em famílias despejadas 11.231.

maior do que os 37 milhões de hectares em 2017. Ou seja, em 2018, 4,6% de todo o território brasileiro esteve em disputa.

O que chama a atenção é o número de famílias expulsas, 2.307; 59% maior do que as 1.448 famílias expulsas em 2017.

Somando as 3 ocorrências de Superexploração do trabalho, em 2018, são 89 ocorrências de Conflitos trabalhistas – 35% a mais que em 2017, com 1.477 pessoas envolvidas - 178,8% a mais que em 2017.

Guerra contra os indígenas:

O último trimestre de 2018 concentra 44,3% de todas as violências cometidas no ano contra os povos indígenas.

Em 2018, dos 1.124 conflitos por terra, 161 afetaram diretamente povos e comunidades indígenas. 14,2% do total dos conflitos por terra. Contra os indígenas também o maior número de ataques do poder legislativo.

A situação, porém, se agravou no final do ano.

Desde a vitória de Bolsonaro no 1º turno, o número de ataques aos povos indígenas só aumentou. Foram 20,58%; 56 conflitos dos 276 registrados neste período.

Para se ter uma ideia deste crescimento, eles representam 44,3% de todos os conflitos registrados no ano envolvendo tais povos.

No mesmo dia do segundo turno das eleições, 28 de outubro, logo depois do anúncio da vitória de Bolsonaro, no município de Caarapó (MS), fazendeiros em cerca de 40 caminhonetes fizeram uma carreta, aproximando-se da área indígena retomada Faz. Yvu/Ivu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá.

Neste mesmo dia, em Miranda (MS), os fazendeiros soltaram fogos e fizeram disparos de armas de fogo em direção aos indígenas da T. I. Pillad Rebuá.

E também no mesmo dia, em Dourados (MS), 15 indígenas foram feridos, inclusive uma criança de nove anos, e 35 barracos foram destruídos durante ataque

a um acampamento, ao lado da aldeia Bororo.

Em Pernambuco, na Terra Indígena Pankararu, também no dia 28/10, foram incendiados o único posto de saúde dos indígenas e a única escola, no município de Jatobá. Poucos dias depois, 08/11/2018, uma igreja foi depredada deixando o clima mais tenso no local.

No dia 25/12/2018, mais um incêndio. Este na Escola Estadual Indígena José Luciano, deixando duas salas queimadas com perda total do material das escolas.

No dia 6 de novembro de 2018, Reinaldo Silva Pataxó, da tribo Pataxó Hã-Hã-Hãe foi assassinado com quatro tiros, nos fundos de sua casa, na aldeia Catarina Caramuru Paraguassu, em Pau Brasil (BA). Era uma liderança jovem; tinha um papel importante na organização interna da comunidade. Era também do Conselho de Saúde da comunidade.

No mesmo dia, no Paraná, Donecildo Agueiro, indígena Ava-Guarani da Tekoha Tatury, foi atingido por tiros quando saía de uma reunião com a Funai, na qual se discutia a demarcação de terras indígenas na região de Guaíra. Corria o risco de ficar paraplégico.

Se o crescimento dos ataques aos povos indígenas no último trimestre de 2018 foi tão acentuado, as medidas adotadas no início do novo governo, indicam um recrudescimento ainda maior.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom André de Witte

Vice-presidente
Dom José Lonilton

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Isolete Wichinieski
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques (Reg. Prof.: 0003705/GO)
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0005157/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development and Peace



MISEREOR
IHR HILFSWERK

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br
Tiragem: 3.750 exemplares

MULHERES

As mulheres presentes na luta

A edição Conflitos no Campo Brasil 2018 dedicou a publicação, entre outras, a duas mulheres: Marielle Franco e Irmã Alberta Girardi. A edição ainda traz apenas fotografias de autoria de mulheres, como uma forma de visibilizar a atuação delas nas mais distintas esferas no que tange à realidade do meio rural.

Irmã Alberta é prata da casa. Essa italiana franzina chegou ao Brasil em 1970 desenvolvendo suas atividades na região do Bico do Papagaio, no então Norte de Goiás, hoje Tocantins. Logo que a CPT começou a atuar na região, ela se incorporou a essa equipe de trabalho. Lá permaneceu até 1986, quando teve que deixar a região, após o assassinato



Foto: Andressa Zumpano

do Pe. Josimo Moraes Tavares, seu companheiro na luta em defesa dos posseiros, pois ela também estava jurada de morte.

Em 1996, transferida para São Paulo, se integrou no trabalho da CPT, ao lado do MST, chegando a viver num acampamento às margens da rodovia Anhangueira, que se tornou o assentamento que leva seu nome.

Com 97 anos de vida, essa fiel, resistente e lutadora irmã partiu desta terra, mas nos deixou um legado de fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres de Deus.

Já Marielle Franco, não tem um histórico de vida ligado à luta pela terra, e aos trabalhadores do campo. Mas a socióloga e vereadora Marielle, assas-

sinada covardemente, é homenageada pela CPT, pois ela, mulher negra, nascida e criada em comunidade no Rio de Janeiro, lésbica, mãe, em sua pessoa representa todas as mulheres, e se tornou fonte de inspiração para as diversas guerreiras que continuam a sua luta. Por isso a tentativa de apagar sua memória. Mas Marielle tornou-se onipresença em todo o país, e em várias partes do mundo, como se pôde ver nas mil e uma manifestações realizadas em todos os cantos quando se completou o primeiro ano de sua morte.

Entre as centenas de mortes no trágico e criminoso rompimento da barragem de Brumadinho, estão também muitas mulheres.

482 mulheres sofrem violência nos conflitos no campo em 2018

Cada vez fica mais evidente e impactante a importância das mulheres no contexto das lutas dos povos e comunidades do campo. E por sua ação aguerrida elas sofrem as consequências da repressão patrocinada pelos latifundiários, grileiros e grandes empresários, e executada por jagunços, pistoleiros, empresas de segurança e pelos órgãos de repressão do próprio Estado - Polícias Civil e Militar e a Polícia Federal.

De 2009 a 2018, segundo as inserções no banco de dados da CPT, 1.409 mulheres sofreram algum tipo de violência. Este número pode ser multiplicado por muitos dígitos, pois nos casos, por exemplo, de um despejo ou de uma expulsão, é computado o número de famílias, mas não é feito um levantamento do número de mulheres envolvidas naquela violência. Pode-se dizer com certeza que é sobre as mulheres que recai a carga mais pesada dessas ações, pois elas ao verem destruído o local de sua habitação e trabalho carregam consigo a dor e a angústia das crianças que estão sob sua responsabilidade.

Em 2018, o número de mulheres que sofreram alguma forma de violência, foi o mais alto desde 2008, 482.

36 foram ameaçadas de morte
6 sofreram tentativas de assassinato
15 foram presas
2 torturadas
6 sofreram ferimentos
2 morreram em consequência dos conflitos
1 sofreu aborto
400 foram detidas

As 400 detidas o foram na ação em que denunciavam a privatização das águas em Minas Gerais, elas ocuparam a Nestlé, em São Lourenço (MG). A polícia as manteve detidas por horas dentro dos ônibus que as conduziam e todas passaram por revista).

10 mulheres sem-terra foram presas em julho de 2018 durante ocupação da Fazenda Verde Vale, no município de Alvorada do Oeste, em Rondônia.

A grande maioria das mulheres que sofreram violência em 2018 são sem-terra.

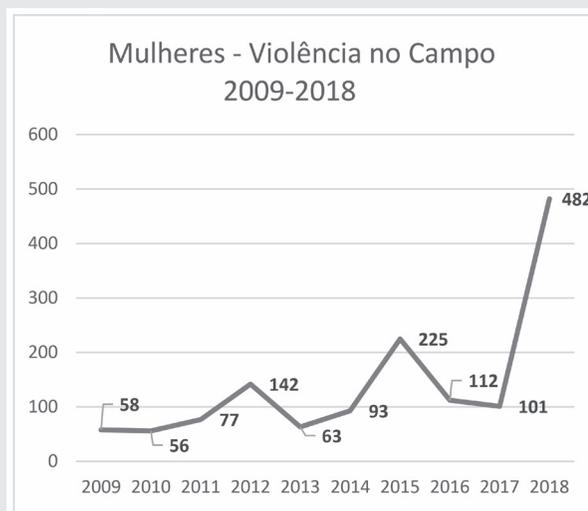
Mas também sofreram violência:

13 indígenas
4 quilombolas
2 advogadas
2 agentes de pastoral
11 outras lideranças

Violência contra mulheres de 2009 a 2018:

38 foram assassinadas
80 sofreram tentativas de assassinado
409 receberam ameaças de morte
22 morreram em consequência de conflitos
111 foram presas
410 foram detidas
37 foram estupradas

Outras sofreram agressão (75), ameaça de prisão (16), contaminação por agrotóxicos (19), ferimento (52), humilhação (67) e intimidação (94).



Verônica Pereira Milhomem, mais conhecida como dona Vera, morreu em fevereiro de 2018, em Rendeção, no Pará. Foi uma morte em consequência do Massacre de Pau D'Arco, que ocorreu no ano anterior. No massacre ela perdeu seus dois únicos filhos, dois irmãos, dois sobrinhos e uma cunhada. Depois disso, o quadro de saúde de dona Vera se deteriorou, já que era diabética, fazia tratamento de hemodiálise devido a um problema renal, e dependia totalmente da ajuda dos dois filhos assassinados. O Estado nada fez para apoiá-la. A única ajuda veio de familiares e amigos que fizeram uma campanha pública em seu favor.

Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2009 - 2018)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Conflitos por Terra										
Nº de Ocorrências (1)	528	638	805	816	763	793	771	1.079	989	964
Ocupações/Retomadas	290	180	200	238	230	205	200	194	169	143
Acampamentos	36	35	30	13	14	20	27	22	10	17
Total (2)	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295	1.168	1.124
Assassinatos	25	30	29	34	29	36	47	58	70	25
Pessoas Envolvidas	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735	530.900	590.400
Hectares	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	240	204	230	168	141	131	80	68	66	86
Assassinatos		1			1					
Pessoas Envolvidas	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751	530	1.465
Supereexploração	45	38	30	14	13	10	4	1		3
Assassinatos		1			2		1	1		2
Pessoas Envolvidas	4.813	1.643	466	73	142	294	102	2		12
Total	285	242	260	182	154	141	84	69	66	1.477
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	45	87	68	79	93	127	135	172	197	276
Assassinatos	1	2		2	2		2	2	1	1
Pessoas Envolvidas	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355	177.090	368.465
Outros (3)										
Nº de Conflitos		4		36	12					
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas		4.450		26.005	1.350					
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Nº de Conflitos	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536	1.431	1.489
Assassinatos	26	34	29	36	34	36	50	61	71	28
Pessoas Envolvidas	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843	708.520	960.342
Hectares	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494

(1) Os dados do nº de ocorrências referem-se aos despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem.

(2) Em 2018, foram registrados 1.124 no total de ocorrências de conflito por terra. Numa mesma área, um conflito pode ter desdobramentos diversos. Cada um deles corresponde a uma ocorrência. Neste ano, as áreas ou localidades em conflito somam 868. Para saber as Áreas em Conflito, ver no site www.cptnacional.org.br.

(3) Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo.

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

Anapu, município com o mais elevado índice de violência no campo

Anapu, município do Sudoeste paraense com menos de 30 mil habitantes, pode-se dizer, é o município brasileiro com o mais elevado índice de violência do país. De 2003 a 2018 – 20 trabalhadores assassinados – 9% dos 227 assassinados no período no estado do Pará. São Félix do Xingu também tem a mesma porcentagem de assassinatos no período, com 21 homicídios. Levando-se em conta que São Félix do Xingu tem uma população maior que 100 mil habitantes, e Anapu uma população menor de 30 mil, o índice de violência de Anapu é muito mais alto.

20 trabalhadores assassinados de 2003 a 2018

9% dos assassinatos no campo no Pará

Em 2018, **10,7%** dos assassinatos em conflitos no campo de todo o Brasil.

Em 2018, Anapu teve três assassinatos de trabalhadores em conflitos no campo, ou seja, 10,7% dos 28 registrados no ano em todo o Brasil. Número igual em Novo Progresso, também no Pará. Três outras pessoas receberam ameaças de morte.

Em Anapu foram assentadas 2.281 famílias em Projetos de Assentamento (PA) e de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Anapu, desde 2005, ganhou projeção nacional e internacional, pois em 12 de fevereiro daquele ano lá foi assassinada a missionária estadunidense Irmã Dorothy Stang, pelo apoio que dava às famílias e movimentos nas Glebas Bacajá e Belo Monte, que cobravam do Incra a implantação de um modelo de assentamento adaptado à floresta amazônica, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS.

Uma nova estratégia de ataque

Anapu ganhou novamente as manchetes da imprensa nacional em 2018, quando no dia 4 de março, o padre José Amaro Lopes, responsável pela comunidade católica do município, agente da CPT - durante anos foi companheiro de luta de Irmã Dorothy - foi preso em decorrência de um mandado judicial baseado em um inquérito policial repleto de problemas.

Na tentativa de conter a resistência camponesa nos PDS, os ruralistas da região orquestraram denúncias contra o padre Amaro, baseadas em argumentos frágeis, mas que foram acolhidas, com celeridade inédita, tanto pela autoridade policial de Anapu, quanto pela Justiça local.

A prisão e o processo contra o Padre Amaro representam uma nova estratégia montada pelos fazendeiros e suas entidades representativas para afastar quem se opõe a seus modos de agir. Eliminar fisicamente o padre provocaria uma reação muito grande como aconteceu quando do assassinato de Dorothy. Por isso decidiram desmoralizar o padre e seu trabalho acusando-o de vários crimes, para com isso destruir sua credibilidade junto à população.

Padre Amaro foi detido no mesmo presídio onde estava Regivaldo Pereira Galvão, o “Taradão”, um dos mandantes do assassinato de Dorothy. O Tribunal de Justiça do Pará (TJE) negou o pedido de *habeas corpus* ao padre. Dez dias antes da negativa, o ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), havia concedido o benefício a Galvão, condenado em segunda instância. Somente 90 dias depois da prisão, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu o benefício da liberdade ao padre enquanto corre o processo, mas impondo-lhe diversas restrições de atuação.

Prêmio de Direitos Humanos

O Movimento Humanos Direitos (MHuD), em 10 de dezembro de 2018, concedeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos João Canuto, ao padre Amaro em reconhecimento da relevância de sua ação pastoral em Anapu. Amaro também recebeu, em São Paulo, no dia 5 de dezembro, um prêmio da ONG Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, pela sua luta em defesa das comunidades camponesas.



Foto: Juliana Pesqueira

Violência contra a Pessoa 2018

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaças de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
Centro-Oeste									
DF	2	1375							
GO	21	9521			1				
MS	36	13775		2				10	73
MT	54	28598	2	1		4		4	2
Subtotal	113	53269	2	3	1	4	0	14	75
Nordeste									
AL	7	1640							
BA	182	156027	2	1		8		1	8
CE	16	12978		1					
MA	201	80803		1	2	56	2	2	32
PB	16	10955	2	1				3	10
PE	76	30555				19		10	
PI	36	5759		1					
RN	5	769							
SE	65	12485							
Subtotal	604	311971	4	5	2	83	2	16	50
Norte									
AC	59	24970				1			
AM	45	34930		1		2		1	
AP	50	9025							
PA	177	311377	16	10	1	50	20	1	24
RO	77	58700	6	3		6	2	150	5
RR	21	42791			2	1			
TO	43	7890		1		1			1
Subtotal	472	489683	22	15	3	61	22	152	30
Sudeste									
ES	28	12944							
MG	146	36227		2		15		2	16
RJ	12	2650				1			
SP	57	25083					3	8	2
Subtotal	243	76904	0	2	0	16	3	10	18
Sul									
PR	19	12437		1	1	1		5	6
RS	11	850		2					2
SC	27	15228							
Subtotal	57	28515	0	3	1	1	0	5	8
Total	1489	960342	28	28	7	165	27	197	181

* Número de conflitos e de pessoas envolvidas refere-se à soma das ocorrências de conflitos por terra, água e trabalho.

Conflitos no Campo

59% a mais o número

As ocorrências de conflitos no campo - por terra, água, trabalho - em 2018, aumentaram em 4% em relação a 2017, passando de 1.431 ocorrências para 1.489.

Aumentou em mais de 250 mil o número de pessoas envolvidas em conflitos no campo. Passaram de 708.520 pessoas, em 2017, para 960.342, em 2018. Um aumento de mais de 35%.

É o número mais elevado da última década, como pode se observar na Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2009-2018) - pág.: 4.

Pessoas envolvidas em conflitos no campo

2018	2017	%
960.342	708.520	35,5

Observe na tabela abaixo, o número de pessoas envolvidas em conflitos no campo por região geográfica.

A região Norte foi onde se re-

Pessoas Envolvidas em Conflitos por Região - Brasil 2017-2018

Região/Ano	2017	2018	2017-2018 %
Centro-Oeste	75.529	54.652	- 27,6%
Nordeste	267.206	302.503	+ 13,2%
Norte	224.494	493.183	+ 119,7%
Sudeste	89.052	81.396	- 8,6%
Sul	52.239	28.924	- 44,6%
Brasil	708.520	960.342	+ 35,5%

gistrou o maior aumento de pessoas envolvidas em conflitos no campo.

Passaram de 224.494 para 493.183, 119,7%. Mais da metade das pessoas envolvidas nos conflitos, 51,3%, se encontram nessa região.

Também houve aumento de 13,2% na região Nordeste. Passaram de 267.206 para 302.503. Já nas outras regiões houve diminuição. Na região Sul, o número de pessoas envolvidas em conflitos caiu 44,6%; na região Centro-Oeste, em 27,6% e na

região Sudeste em 8,6%. No conjunto, porém, houve o avanço de 35,6% no número de pessoas envolvidas. Isso mostra que o avanço dos conflitos do capital e da fronteira agrícola sobre a Amazônia, se dá a troco de muita violência.

Conflitos por terra

Vamos olhar de novo na página 4 a tabela Comparação dos Conflitos no Campo Brasil, os Conflitos por Terra. O que esta tabela nos mostra?

Comparando 2017 com 2018, a gente vê que houve uma pequena diminuição nos Conflitos por Terra. Eram 1.168, em 2017, e ficaram em 1.124 em 2018. - 3,7%.

Mas apesar de o número de conflitos ser menor, o número de famílias envolvidas foi 11,2% maior em 2018, em comparação com 2017. 106.180 famílias, em 2017, 118.080 em 2018.

Famílias envolvidas em conflitos

2018	2017	%
118.080	106.180	11,2

Também foi na região Norte que se deu o maior crescimento: de 35.003 famílias em 2017, passou para 53.839 em 2018, 53,8%. Também houve significativo aumento na região Sudeste, de 9.279 famílias para 9.729, 4,85%. O Sul apresentou um pequeno acréscimo, 4,3%, e nas

outras regiões houve diminuição, como a gente pode ver na tabela abaixo:

Mais terra em disputa

Mas não é só o número de famílias envolvidas em conflitos por

Famílias Envolvidas em Conflitos por Terra por Região - Brasil 2017-2018

Região/Ano	2017	2018	2017-2018 %
Centro-Oeste	12.593	10.335	-17,9%
Nordeste	40.186	39.181	-2,5%
Norte	35.003	53.835	+53,82%
Sudeste	9.279	9.729	+4,85%
Sul	9.119	4.996	-45,2%
Brasil	106.180	118.080	+11,2%

Violência contra a Ocupação e a Posse 2018

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruídas	Rochas Destruídas	Bens Destruídos	Pistolagem
Centro-Oeste											
DF	2	275	736			200					
GO	8	1851	255630		198		1353				
MS	36	2755	19955	24		1276	575	61		31	325
MT	47	5454	1295079	550	633	859	725	440	1	430	1174
Subtotal	93	10335	1571400	574	831	2335	2653	501	1	461	1499
Nordeste											
AL	5	310	536		120	210					
BA	112	11009	445422		2000	2399	3465	461		352	849
CE	15	2595	9380		60	240	230	215		35	80
MA	199	16154	989745		316	1638	2235	462	111	413	1065
PB	14	1866	7561	30	60	1014	534	30	60		534
PE	74	6061	14777	1	1345	1779	1468	278	806	1173	534
PI	25	1036	5281		80		331				
RN	2	150	0			100	50				50
SE	10	0	0		5						
Subtotal	456	39181	1472702	31	3986	7380	8313	1446	977	1973	3112
Norte											
AC	59	4994	670132			1785	1259				24
AM	44	6886	11598449		468	1046	704	722			316
AP	47	1285	237975	2	20	299	404	20			200
PA	121	25547	10093708	660	1099	2816	1301	461	301	621	1016
RO	66	4997	1524930	155	369	1608	746	270	35	158	607
RR	17	8556	12031957						20		
TO	38	1574	81192	20	318	390	225	53	2	2	196
Subtotal	392	53839	36238343	837	2274	7944	4639	1526	358	781	2359
Sudeste											
ES	5	300	80		300	200		200	200		
MG	59	3886	27317	620	726	815	1147	2	65	285	256
RJ	11	528	34650		200	200	272				
SP	56	5015	28548	200	2658	1643	1000	40	110		883
Subtotal	131	9729	90595	820	3884	2858	2419	242	375	285	1139
Sul											
PR	17	2487	37271		200	727	20	2		2	1509
RS	11	170	1156	45	50	91	4				
SC	24	2339	14027								
Subtotal	52	4996	52454	45	250	818	24	2	0	2	1509
Total	1124	118080	39425494	2307	11225	21335	18048	3717	1711	3502	9618

* O número de ocorrências e famílias envolvidas refere-se à soma de Ocupações/Retomadas, Acampamentos e Ocorrências de Conflito por Terra.

NO CAMPO

crecem em 2018

de famílias expulsas

terra que aumentou de 2017 para 2018. Aumentou também a área em disputa.

De 37 milhões e 19 mil hectares em disputa em 2017, passou para 39 milhões e 425 mil hectares, 6,5% a mais. É também a maior extensão de terras em disputa desde 2008, como se pode ver pelo gráfico abaixo, e des-

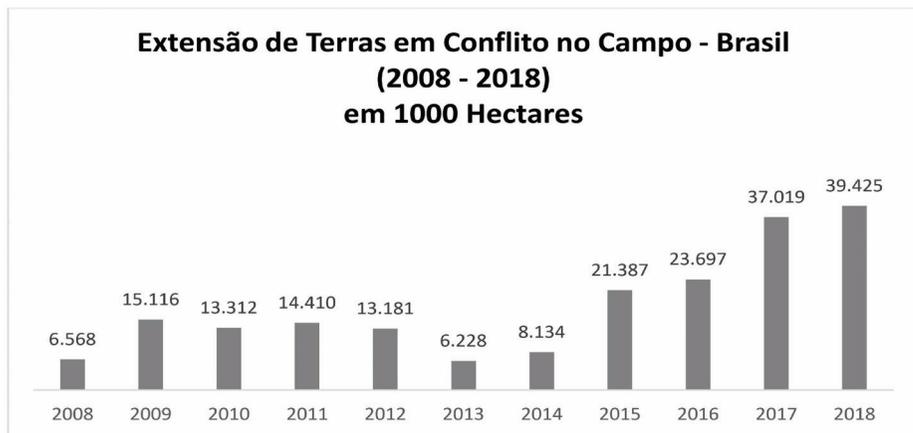
lias expulsas foi 59% maior. De 1.448 famílias expulsas em 2017 para 2.307, em 2018.

Também cresceu o número de famílias despejadas: De 10.622 famílias despejadas em 2017, para 11.225 em 2018, 5,7%.

É bom lembrar que expulsão é diferente de despejo. O despejo é deter-



Foto: Ana Mendes - CIMI



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF.

de quando a CPT iniciou o trabalho de publicação dos dados em 1985.

Você imagina o que significa 39 milhões de hectares em disputa?

É uma área correspondente a 4,6% de todo o território brasileiro!!!

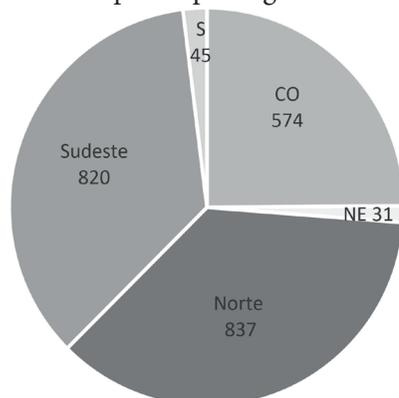
Menos conflitos por terra, mais expulsões e despejos

Mesmo os conflitos por terra tendo diminuído, o número de famí-

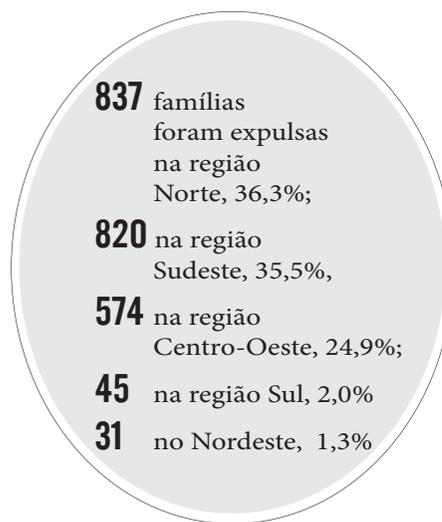
minado por um juiz. E quem executa o despejo é o Oficial de Justiça acompanhado da força policial.

A expulsão é um ato do fazendeiro, do empresário, do suposto dono que, por conta própria obriga as famílias a sair, através de jagunços e muitas vezes com participação ilegal da própria polícia. Em grande parte, a expulsão se dá em terras gridadas.

Veja no Gráfico abaixo o número de famílias expulsas por região:



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino/ Elaboração: LEMTO-UFF



Conflitos por Terra

	Conflitos por Terra*		Ocupações		Acampamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste								
DF	1	200	1	75			2	275
GO	6	1801	1	200	1		8	1851
MS	26	2075	7	625	3	480	36	2755
MT	39	5154	5	610	3	474	47	5454
Subtotal:	72	9230	14	1510	7	954	93	10335
Nordeste								
AL	5	310					5	310
BA	87	9759	25	2780			112	11009
CE	11	2325	3	380	1	30	15	2595
MA	196	16154	3	162			199	16154
PB	11	1616	3	510			14	1866
PE	58	4420	16	2201			74	6061
PI	21	639	4	477			25	1036
RN	2	150					2	150
SE	5		5				10	
Subtotal:	396	35373	59	6510	1	30	456	39181
Norte								
AC	55	4865	4	522			59	4994
AM	44	6886					44	6886
AP	46	1285	1	20			47	1285
PA	114	25547	5	980	2	460	121	25547
RO	57	4971	8	1505	1	35	66	4997
RR	17	8556					17	8556
TO	34	1574	3	115	1	18	38	1574
Subtotal:	367	53684	21	3142	4	513	392	53839
Sudeste								
ES	3	300	2	300			5	300
MG	47	3312	10	1394	2	120	59	3886
RJ	10	528	1	200			11	528
SP	27	3328	27	3750	2	989	56	5015
Subtotal:	87	7468	40	5644	4	1109	131	9729
Sul								
PR	16	2487	1	14			17	2487
RS	7	107	4	158			11	170
SC	19	1689	4	770	1	180	24	2339
Subtotal:	42	4283	9	942	1	180	52	4996
Brasil:	964	110038	143	17748	17	2786	1124	118080

Onde foi parar a

Em 2018:

- O número de pessoas envolvidas em conflitos aumentou.
- Aumentou a extensão de terras em conflito.
- Aumentou em mais de 59% o número de famílias expulsas.
- Aumentou também o número de famílias despejadas.
- E os decretos de desapropriação de terras para a Reforma Agrária, também aumentaram?
- Quantos hectares foram desapropriados em 2018?
- Quantas famílias foram assentadas?

O texto "Terra em Transe", no Conflitos no Campo 2018, elaborado por Carlos Walter e sua equipe, nos traz algumas informações valiosas.

1998: maior número de decretos assinados, 845.
2015: nenhum decreto assinado.
2018: quatro decretos assinados.

Decretos de desapropriação

Vamos observar o gráfico abaixo para ver a média anual de decretos de desapropriação para reforma agrária.

No primeiro governo FHC, 554 decretos assinados.

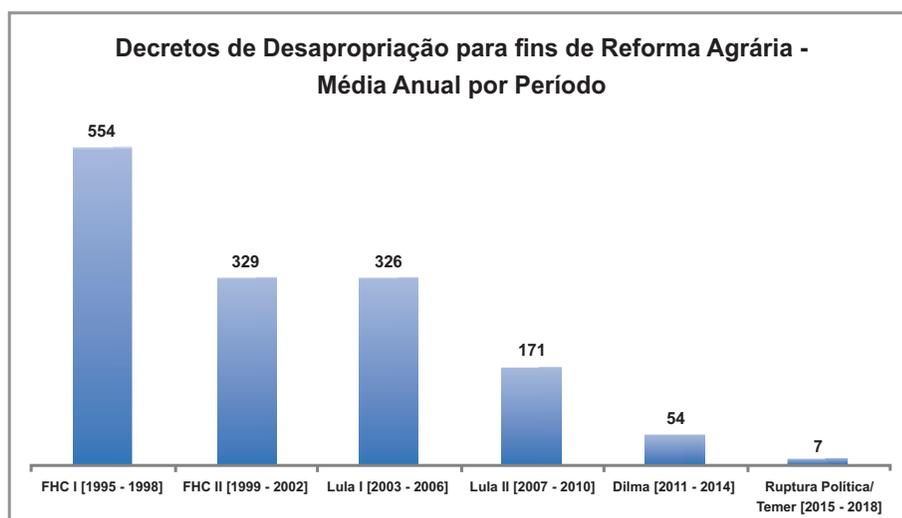
No segundo governo FHC, 329.

No primeiro governo Lula, 326 decretos assinados.

No segundo governo Lula, 171.

No governo Dilma, 54.

No período que os autores denominam de ruptura política, 2015 a 2018, esta média atingiu o fundo do poço, 7.



Fonte: Incra. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2019.



Foto: Juliana Pesqueira

Área Desapropriada

O mesmo se repete em relação à área desapropriada em cada período, como se pode ver no gráfico abaixo, média anual.

Primeiro governo FHC, 1.822.452 hectares de área desapropriada.

Segundo governo FHC, 747.090 hectares.

Primeiro governo Lula, 700.656 hectares.

Segundo governo Lula, 368.072 hectares.

Governo Dilma, 98.458 hectares.

Período da Ruptura política, 12.35 hectares.

vando a média anual para cada período de governo.

Primeiro governo FHC - 71.999.

Segundo governo FHC - 63.178.

Primeiro governo Lula - 95.355.

Segundo governo Lula - 58.167.

Governo Dilma - 26.839.

Período de Ruptura Política - 9.609

Lula foi quem assentou o maior número de famílias em seus dois governos - 153.522 famílias.

FHC em seus dois governos assentou 135.177 famílias.

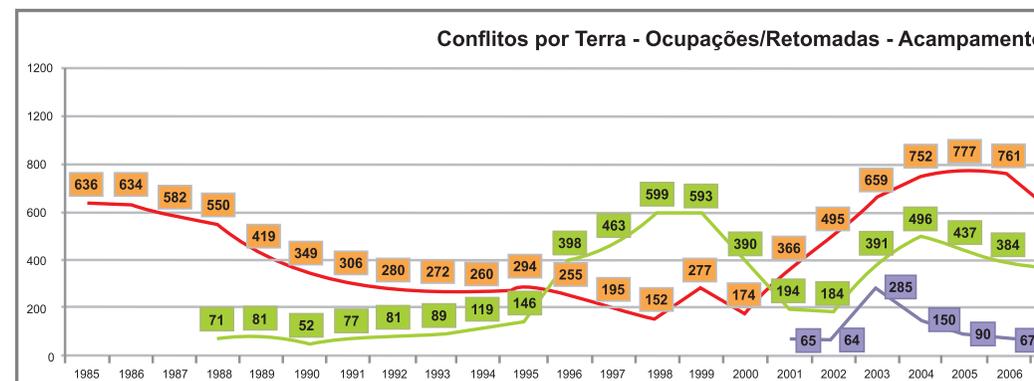
É a luta que conquista a terra

Por que o número de desapropriações foi mais elevado nos dois governos FHC e depois foi diminuindo até quase parar?

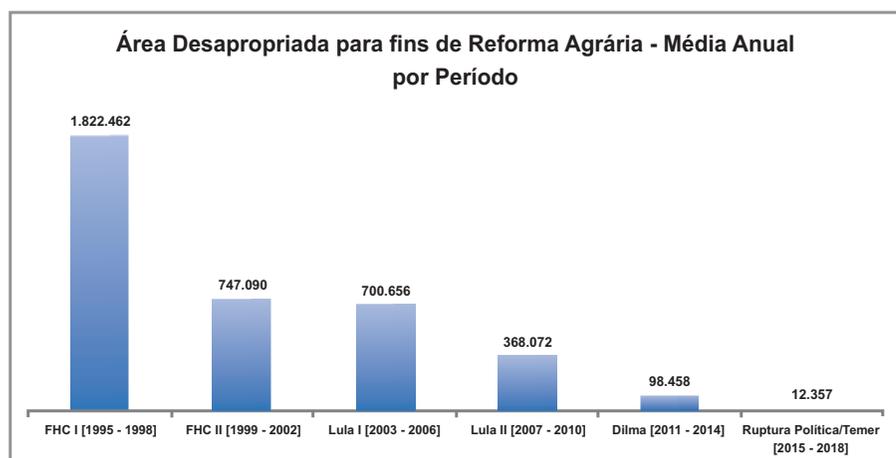
FHC era mais comprometido com a Reforma Agrária que Lula?

Famílias assentadas

Vamos agora olhar o gráfico do número de famílias assentadas, obser-



reforma agrária?



Fonte: Incra. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2019.

Vamos olhar com atenção o gráfico abaixo.

Os quadrinhos em laranja indicam a cada ano o número de Ocorrências de Conflitos por Terra.

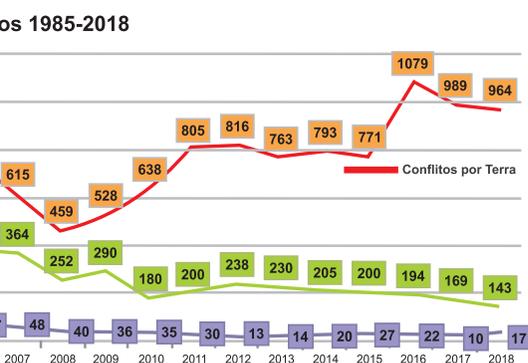
Os quadrinhos em verde mostram o número de Ocupações feitas pelos movimentos sociais.

E os em azul são os acampamentos.

Os movimentos pressionam

Vamos agora ver o gráfico. De 1985 a 1995, os números de ocorrências (quadrinhos laranja) são sempre em número maior que as ocupações (quadrinhos verdes). De 1996 a 2000 o número de ocupações passou a ser maior. Mas, de 2001 até hoje o número de ocorrências foi crescendo, com alguma variação, chegando aos números mais altos nos três últimos anos – 2016 a 2018.

Vamos olhar agora os quadrinhos verdes. A CPT começou a registrar as ocupações de terra a partir de 1988.



Até 1995 elas sempre foram menores que as ocorrências. De 1996 a 2000 elas cresceram muito, ficando maiores que as ocorrências. A partir de 2001, elas voltaram a ser em número menor que as ocorrências. Tiveram crescimento

de desapropriação e a média mais elevada de área desapropriada. A média de ocupações no primeiro governo FHC foi de 434, contra 224 a de ocorrências. A pressão dos movimentos, com suas ações, obrigou o governo a agir, a criar assentamentos.

Travar a ação dos movimentos

Os ruralistas se assustaram e FHC baixou uma série de decretos e medidas provisórias para travar as ações dos movimentos. Uma delas dizia que uma área ocupada não poderia ser vistoriada para se iniciar o processo de desapropriação. E daí em diante foram colocados entraves nos caminhos dos movimentos. As ocupações passaram a cair. Os movimentos não deixaram de agir, ado-

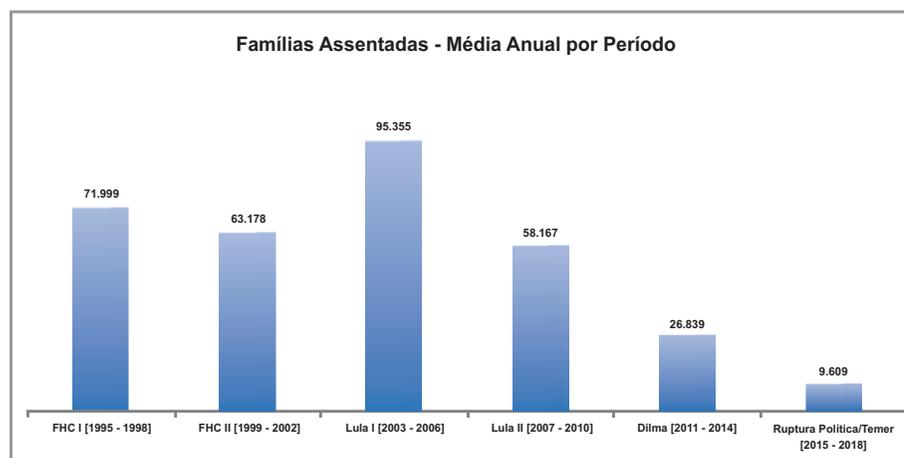
do o próprio governo que foi colocando cada vez mais empecilhos no caminho dos movimentos, e o poder judiciário foi constantemente acionado para deter o ímpeto dos sem-terra.

Ao mesmo tempo foi dada cada vez mais força aos ruralistas.

Em 2003, primeiro ano do governo Lula, se chegou a um certo equilíbrio entre as ações resistência dos movimentos, 676 e as ações dos ruralistas 659.

A partir daí o jogo sempre foi favorável aos ruralistas. Em 2018, foi uma goleada de 6 a 1. Para cada 6 conflitos protagonizados pelas classes proprietárias e pelo Estado, somente um conflito se deu por ação de resistência dos movimentos sociais.

Não fica a menor dúvida de que é a violência do Poder Privado e do Poder Público a principal responsável pelo aumento dos conflitos no campo brasileiro.



Fonte: Incra. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2019.

e chegaram a 496, em 2004, e de lá pra frente praticamente os números foram caindo, chegando ao menor número em 2018, 143.

Os acampamentos começaram a ser registrados em 2001. Em 2003 tiveram seu número mais elevado, 285; e de lá pra frente foram diminuindo, ficando sempre em números baixos. O menor de todos em 2017, 10 acampamentos. Em 2018, 17.

De 1996 a 2000 quem governava era FHC. As ocupações cresceram muito no seu primeiro governo. Olhando os dois primeiros gráficos acima, a gente entende porque este período teve a média maior de decre-

taram uma nova estratégia de luta: acampar à beira das estradas, ou nas imediações de uma área que pretendiam fosse desapropriada.

No primeiro governo Lula, a média das ações dos movimentos foi de 465; no segundo governo 321,5; no Governo Dilma, 258,5, no período da Ruptura Política, 203.

Goleada de 6 x 1

Por este quadro o que a gente pode concluir é que quando os movimentos tinham mais liberdade de ação, eles conseguiram mais conquistas. Mas a pressão dos ruralistas foi enquadrando

Vamos entender bem

Ocorrências de Conflitos por Terra indicam onde houve algum tipo de violência – expulsão, despejo, ameaças, destruição de bens, por parte de fazendeiros, grileiros, empresários, ou do poder público (juízes, policiais).

Ocupações/Retomadas – são ações dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras, indígenas, quilombolas que entram em uma área, a fim de reivindicá-la para reforma agrária, ou o seu reconhecimento como território tradicional, no caso dos povos indígenas, quilombolas etc.

Acampamentos – ações dos movimentos para pressionar o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras à terra.

ÁGUA

Conflitos pela Água 2018: entre a felicidade e a agonia...

“Perto de muita água, tudo é feliz”.

Guimarães Rosa

“Mais se eu vê esse rio secá, como eles tão quereno, né.

Aí eu também vou secá igual o rio”

Analdina Gramacho

“João Guimarães Rosa, em seu clássico livro ‘Grande Sertão: Veredas’, traz a água numa perspectiva abundante e como sinônimo de felicidade. Por outro lado, a tristeza, a desolação e a agonia, expressas por dona Dina, ribeirinha das margens do Rio Carinhanha, no município de Cocos-BA, que trata o rio como se fosse a sua própria vida, revelam que os sinais de morte da água equivalem também ao seu perecimento”, é o que nos diz Samuel Brito das Chagas, da CPT Bahia, no texto que analisa os conflitos pela água no Conflitos no Campo Brasil 2018.

O que os números nos mostram

É o maior número de conflitos por água desde 2002, quando a CPT passou a divulgar estes conflitos em separado aos de terra.

2018 – 276 conflitos envolvendo 73.693 famílias

2017 – 197 conflitos envolvendo 35.418 famílias

Número 40% maior no número de conflitos. 108% no número de famílias.

Regiões que concentram o maior número de conflitos pela água

No Nordeste concentraram-se 48,1% dos casos, 133.

No Sudeste 30,8% dos casos, 85.

No Norte 18,8% dos casos, 52.

Bahia e Minas Gerais foram os estados com mais conflitos pela água em 2018. Cada um com 65 casos (23,55%).

Grupos sociais vítimas dos conflitos pela água

Os principais grupos sociais vítimas dos conflitos pela água em 2018 foram as Comunidades Tradicionais.

Dos 276 casos, 235 (85,14%) atingiram 09 grupos sociais distintos: Camponeses de Fundo e Fecho de Pasto, Geraizeiros, Indígenas, Marisqueiras, Pescadores, Quebradeiras de Coco, Quilombolas, Ribeirinhos e Vazanteiros.

Entre estes, os Ribeirinhos foram os mais impactados, com 100 casos

(36,23%), especialmente nos estados da Bahia, Minas Gerais e Pará. O segundo grupo mais atingido foi o dos Pescadores, com 96 casos (34,78%).

Mineradoras causadoras de 50% dos conflitos

As mineradoras são as responsáveis por 50,36% dos conflitos (139).

111 protagonizados por mineradoras internacionais.

28 por mineradoras nacionais.

Três conflitos emblemáticos

1) 58 ações envolvendo a tragédia de Mariana da Samarco/Vale/BHP Billiton, em Minas Gerais;

2) 55 comunidades do Baixo São Francisco Sergipano, na luta pela manutenção dos seus modos de vida, contra os interesses especulativos imobiliários;

3) 30 ações da Hydro Alunorte contra as comunidades paraenses do município de Barcarena.

Conflitos pela Água

UF	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste		
DF		
GO	2	18
MS		
MT	3	264
Subtotal:	5	282
Nordeste		
AL		
BA	65	20187
CE		
MA		
PB	2	325
PE	2	50
PI	9	101
RN		
SE	55	2497
Subtotal:	133	23160
Norte		
AC		
AM	1	100
AP	3	520
PA	37	36692
RO	11	6743
RR		
TO		
Subtotal:	52	44055
Sudeste		
ES	20	2274
MG	65	3222
RJ		
SP		
Subtotal:	85	5496
Sul		
PR		
RS		
SC	1	700
Subtotal:	1	700
Brasil:	276	73693

Foto: Rosilene Miliotti - FASE



Projeto Urucuia

O projeto Urucuia estuda o Potencial Hídrico do Oeste da Bahia. É coordenado pela Universidade Federal de Viçosa com a participação de diversas universidades federais brasileiras e o Instituto da Universidade de Nebraska, EUA. Faz parte do grupo a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia-AIBA.

O projeto é um exemplo do envolvimento de setores privados e universidades públicas a serviço do

agronegócio. A lógica desse esforço é “referenciar cientificamente” o que os agronegociantes baianos afirmam categoricamente: “há no Oeste da Bahia água suficiente para expansão da agricultura”. Neste caso concreto, é possível recorrer a um velho dito popular que diz que “quem paga a banda, escolhe a música”. Assim, torna-se previsível antecipar os resultados dos estudos, sem profetizar, e menos ainda ironizar, que afirmarão: “há água no Oeste baiano para o agronegócio”.

A POLÍTICA E OS CONFLITOS NO CAMPO

CONTRA O POVO: Ataque parlamentar aos direitos dos povos do campo e da natureza

Os donos das terras, do poder e do dinheiro pretendem anexar terras e territórios indígenas e de comunidades tradicionais ao mercado capitalista; retirar direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores; transformar todos os bens naturais em mercadoria.

Para conseguir o que querem usam de todos os meios e instrumentos possíveis: expulsão de comunidades; perseguição aos movimentos populares e suas lideranças; agressões psicológicas e até físicas de toda ordem, chegando a assassinatos; recurso aos poderes executivo, judiciário e legislativo.

Sobre o recurso ao Legislativo, o professor Marco Antonio Mitidiero Junior, da Universidade Federal da Paraíba e os graduandos em geografia da mesma Universidade, Lucas Araújo Martins e Brenna da Conceição Moisés, nos levam a conhecer os meandros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em suas investidas contra os direitos das populações do campo e à natureza.

Eles analisaram projetos legislativos, de 1996 a 2018, e identificaram:

162 projetos que agridem direitos dos trabalhadores e suas comunidades.
180 projetos de ataque à natureza.

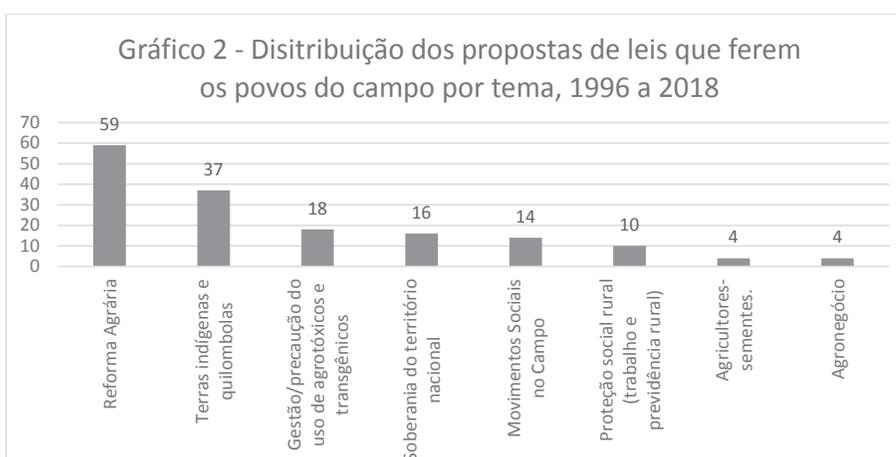
No gráfico 1 é impressionante ver como, a partir de 2015, quando se tentava impedir a presidenta Dilma de governar, o número de propostas legislativas que feriam o direito dos povos do campo explode: 20 projetos.

Em 2016, mais que dobraram: 49 projetos.

Esse número caiu em 2017 para 15 e em 2018 para 10, mesmo assim estes números menores são mais altos do que o dos anos do período anterior de 1996 a 2014.

Que projetos foram apresentados?

Vamos olhar agora o outro gráfico 2. Mais da metade dos projetos, 96, propõem:
Ou bloquear a realização da reforma



agrária (59), ou bloquear a possibilidade de decretação de terras indígenas e quilombolas (37).

Outros projetos propõem:

Liberar, ainda mais, o uso dos agrotóxicos e transgênicos (18).

Liberar a compra de terras por estrangeiros (16).

Ferir e criminalizar a organização da sociedade civil em movimentos sociais e frear a ação de movimentos populares do campo (14).

Atacar direitos trabalhistas ou previdenciários (10).

A natureza sob ataque

De 1996 a 2018 foram apresentadas 180 propostas legislativas de ataque à natureza, 99 delas entre os anos 2015 a 2018.

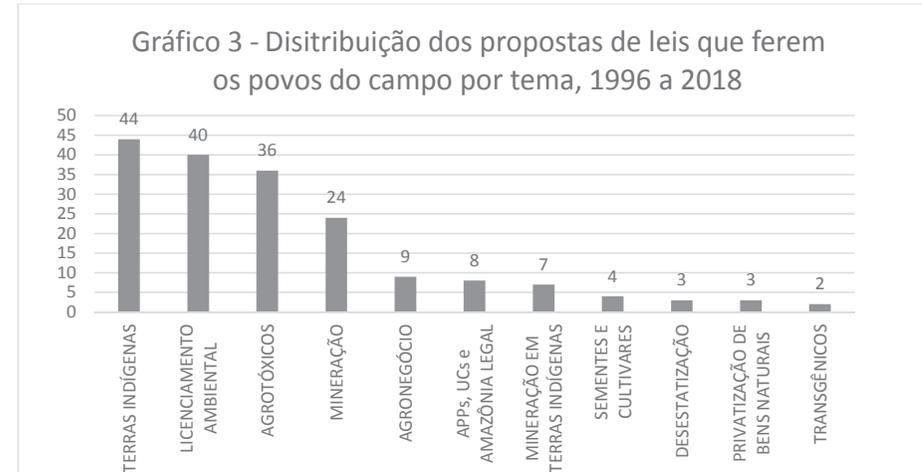
O que dizem estes projetos?

44 das proposições afetam as terras indígenas;

40 atacam o licenciamento ambiental;

36 são pela liberação de mais agrotóxicos;

24 propõem ampliar e agilizar áreas de mineração e outros mais.



Povos indígenas na mira dos parlamentares

Quem mais aparece na mira dos ataques dos parlamentares são os povos indígenas.

Eles estão presentes nos projetos que ferem os povos do campo e naqueles que ferem a preservação da natureza.

Governo FHC, 1995-2002

345 terras homologadas.
5 projetos contra indígenas.

Governo Lula, 2003-2010.

79 terras homologadas.
25 projetos contra indígenas.

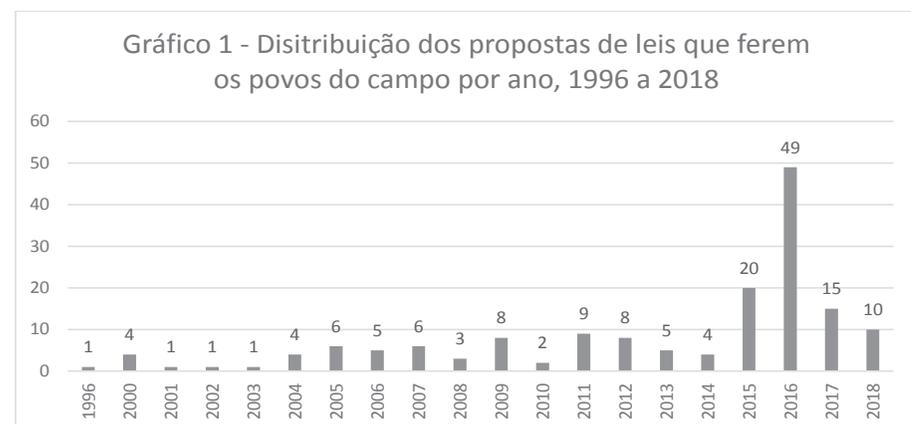
Governo Dilma, janeiro 2011-agosto 2016:

21 terras homologadas.
50 projetos contra indígenas.

Governo Temer, agosto 2016-dezembro 2018:

1 uma terra homologada.
7 projetos contra indígenas.

Vamos ver as terras homologadas por cada governo a partir de 1995 e o número de projetos legislativo apresentados que feriam os direitos indígenas:



87 projetos ferem os direitos indígenas de 1995 a 2018.

Quanto mais o poder executivo se furta a cumprir seu dever de reconhecer as terras indígenas, mais o poder legislativo avança para tentar restringir ainda mais seus direitos.

O mais grave é que as perspectivas para 2019 são piores. Os povos indígenas, porém, estão atentos e mobilizados.

CONFLITOS TRABALHISTAS

Trabalhadores reféns do silêncio

Depois que a ação do Estado no combate aos conflitos trabalhistas chegou ao fundo poço em 2017, quando a CPT registrou 66 ocorrências, com 530 pessoas envolvidas na denúncia e os órgãos competentes libertaram apenas 386 pessoas, pode-se dizer que houve uma reação positiva no combate ao trabalho escravo em 2018, apesar da exiguidade dos recursos e da diminuição constante do número de fiscais do trabalho.

Em 2018 registraram-se:

86 ocorrências de trabalho escravo
1465 pessoas envolvidas
945 libertadas
3 ocorrências de superexploração
12 pessoas envolvidas

Total:

89 ocorrências – 35% a mais que em 2017
 com **1.477** pessoas envolvidas - 178,8% a mais que em 2017
2 pessoas assassinadas nestes conflitos.

Mas outras situações, igualmente graves, mostram diferentes formas de exploração do trabalho no campo, que a CPT registra. Ana Aranha analisa, por exemplo, os casos de trabalhadores intoxicados pelos agrotóxicos.

Agrotóxicos: o medo que cala

De 2000 a 20018, a CPT registrou 363 vítimas em conflitos envolvendo agrotóxicos, pessoas que morreram ou tiveram sua vida ameaçada devido ao contato com eles. Os casos estão distribuídos do seguinte modo:

71% em conflitos pela terra (256 vítimas),
21% em conflitos trabalhistas (77 vítimas),
8% em conflitos pela água (30 vítimas).
91 das vítimas são crianças.

Os números registrados pela CPT são pequenos diante da realidade. Segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) há registro de 9.098 casos de intoxicação em que a vítima tinha exposição à substância no trabalho, no mesmo período de 2000 a 2018. E estes números apesar de bem maiores ficam muito abaixo do que realmente acontece. Com certeza, a maior parte das pessoas que buscam o médico por causa da intoxicação são diagnosticadas com outros problemas de saúde, desta forma deixando de relacionar o problema ao agrotóxico.

Foto: Andressa Zumpano



Um agravante

Grande parte dos trabalhadores intoxicados não denuncia o fato, pois teme ser punida com perda do emprego. O ganha-pão está em jogo. O medo de perder o emprego, faz dos trabalhadores, o grupo mais silencioso. São reféns do silêncio.

Trabalhadores soterrados por grãos

Muitos outros trabalhadores da cadeia do agronegócio morrem em situações que a CPT não registra, pelo fato de não manter um acompanhamento metódico dos conflitos envolvendo assalariados rurais. No dia 28 de agosto de 2018, a BBC News Brasil publicou uma longa reportagem sobre o número de mortes ocorridas em silos de armazenamento de grãos. De 2009 a julho de 2018 foram 106 mortes em silos de grãos. “O ano com mais acidentes fatais foi 2017, quando houve 24 mortes. Em 2018, até julho, o levantamento registrou 13 mortes”. Em pesquisa em sites de busca na internet foram identificadas outras 7 mortes de agosto a dezembro de 2018. Ao todo 20 mortes nessas circunstâncias, em 2018.

Carbonizados no mar da cana

Outras três mortes ocorreram na cadeia do agronegócio. Três trabalhadores morreram carbonizados no processo da queima da cana. Os três em usinas no estado de Goiás. Dois em Itaberá e outro no município de Santa Helena de Goiás. Diferente do que a Globo nos quer impor, AGRO É TECH, AGRO É POP, AGRO É TUDO, podemos afirmar com Cleber Buzzato, secretário executivo do CIMI, que agro é CÍDIO. Cídio de homicídio, de suicídio, de ecocídio, de hidrocídio.

Crianças intoxicadas

96 pessoas foram intoxicadas no início de novembro de 2018 no município de Espigão Alto do Iguaçu, no Paraná. 52 eram crianças.

Os alunos da escola da comunidade rural Boa Vista do Roque que brincavam na quadra, correram para ver a “máquina nova do fazendeiro” vizinho que borrifava veneno na sua plantação e sentiram no rosto a umidade trazida pela nuvem de produto químico e passaram a sentir os efeitos da intoxicação, bem como as outras pessoas que estavam na escola. O caso foi revelado por matéria da Agência Pública dentro do projeto Por Trás do Alimento, site que

reúne a cobertura sobre agrotóxicos feita em parceria com a Repórter Brasil.

Você imagina o que o estado do Paraná fez?

Pouco mais de mês depois que o caso do Paraná veio à tona, o governo revogou a norma que proibia a aplicação de agrotóxicos a menos de 50 metros de escolas, casas, unidades de saúde, rios e mananciais. Dá para entender?

Em 2013, outro caso de intoxicação de alunos aconteceu no município de Rio Verde (GO), quando um avião pulverizava a plantação e o veneno alcançou a escola, atingindo severamente os 37 alunos e professores.

Conflitos Trabalhistas

UF	Trabalho Escravo				Superexploração				Total UF	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgatado	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia
Centro-Oeste										
DF										
GO	9	172	126	1	2	4			11	176
MS										
MT	4	8	7						4	8
Subtotal:	13	180	133	1	2	4			15	184
Nordeste										
AL	2	90	90	12					2	90
BA	5	47	47						5	47
CE	1	3	3						1	3
MA	2	33	33						2	33
PB										
PE										
PI	2	74	74	5					2	74
RN	3	19	19						3	19
SE										
Subtotal:	15	266	266	17					15	266
Norte										
AC										
AM										
AP										
PA	18	174	151	3	1	8			19	182
RO										
RR	4	11	11						4	11
TO	5	20	9						5	20
Subtotal:	27	205	171	3	1	8			28	213
Sudeste										
ES	3	74	67	2					3	74
MG	22	687	255	2					22	687
RJ	1	10	10						1	10
SP	1	8	8	2					1	8
Subtotal:	27	779	340	6					27	779
Sul										
PR	2	2	2						2	2
RS										
SC	2	33	33						2	33
Subtotal:	4	35	35						4	35
Brasil:	86	1465	945	27	3	12			89	1477

*Além destes dados de trabalho escravo rural, houve 25 denúncias de trabalho escravo na área urbana, envolvendo 382 trabalhadores, dos quais 209 foram resgatados.

Conflitos envolvendo mineração são os mais altos em 2018

A mineração, a cada dia, torna-se responsável por boa parte dos conflitos e das violências que as comunidades do campo sofrem.

Ela não se restringe à mina explorada. Exige toda uma infraestrutura de sedes, acampamentos, galpões, rodovias, ferrovias, minerodutos, condomínios ou *company-town*), que “pressupõem diferentes formas de domínio sobre o espaço geográfico”. São novos territórios usados, causando sobreposições e conflitos com os povos e comunidades que vivem e atuam nestes mesmos espaços.

Como consequência da implantação de projetos de mineração se constata

- “a fragmentação de assentamentos rurais;
- a desarticulação da cultura e da produção camponesa;
- a criminalização de atingidos, lideranças e movimentos de resistência;
- aumenta a pressão sobre as terras indígenas e quilombolas”.

Por isso a mineração tem que ser considerada “como parte essencial do debate sobre o espaço agrário brasileiro”.

Na edição do Conflitos no Campo Brasil 2018, quem analisa os conflitos envolvendo a mineração são os professores Luiz Jardim Wanderley,

da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves, professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Os registros da CPT mostram que de 2004 a 2018, houve 1.123 conflitos em torno à mineração.

203.430 famílias sofreram alguma forma de violência ou alguma restrição de direitos.

579 das ocorrências se deram no contexto de conflitos pela água (51,6%).

535 no contexto de conflitos por terra (47,6%).

Os outros 9 casos implicando vítimas de violência (0,8%).

Como se pode ver no gráfico abaixo houve um acentuado crescimento no número de conflitos a partir de 2010. Neste ano houve um crescimento de 225% no número de conflitos em relação a 2009. Mas esses conflitos atingiram patamares não imaginados a partir de 2014 quando foram registrados 101 conflitos e daí um número crescente a cada ano, atingindo em 2018 o patamar mais elevado, 211 conflitos.

Em 2018 - 211 ocorrências de conflito, 10,4 % maior que em 2017.

18,8% dos 1.123 conflitos registrados de 2004 a 2018.

Mas a realidade é muito mais grave do que os dados apresentados pela CPT. A CPT não consegue acompanhar todos os conflitos que acontecem neste setor de atividade. Os dados e informações documentados pela CPT somam-se a outros esforços de sistematização de conflitos, envol-

pescadores em 97 casos; geraizeiros em 96 casos; assentados em 67 casos; indígenas em 66 casos; sem terra em 30 casos; camponeses de fundo de pasto em 24 casos; outras categorias em 37 casos.

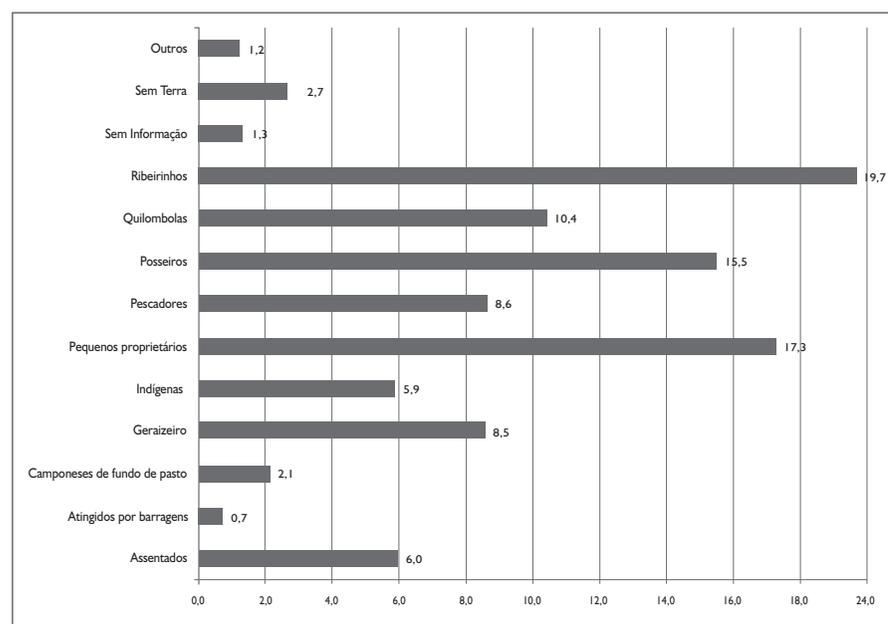


Gráfico 2 - Sujeitos atingidos pelos conflitos envolvendo a mineração no Brasil - 2004 a 2018 (%).

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018).

Elaboração: Luiz Jardim Wanderley (UERJ) e Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves, (UEG).

vido a mineração no território brasileiro.

Quem sofre a pressão e a violência das mineradoras?

Os conflitos envolvendo a mineração atingiram diferentes povos e comunidades do campo de diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras, como se pode ver no gráfico acima. São pessoas que dependem das águas, das florestas e da terra para reproduzir socialmente sua própria existência com dignidade.

Foram afetados pela mineração: ribeirinhos em 221 casos (19,7%);

pequenos proprietários em 194 casos (17,3%); posseiros em 174 casos (15,5%); quilombolas em 117 casos (10,4%);

Uma luta desigual

Os conflitos envolvendo mineradoras e as populações do campo são, sobretudo, “conflitos territoriais, de disputas que buscam o controle de determinados espaços ricos em recursos naturais de alto valor de mercado”.

Os povos tradicionais e as mineradoras não disputam um mesmo recurso. As comunidades do campo não têm a pretensão de extrair minério. Seus interesses são a fauna e a flora, é o espaço simbólico dos significados histórico-culturais que “permite a reprodução social da existência”. “Enquanto as empresas buscam a liberação de concessões minerárias, os povos em terras tradicionalmente ocupadas lutam pela titulação coletiva de suas terras ou mesmo pela permanência em áreas já estabelecidas”.

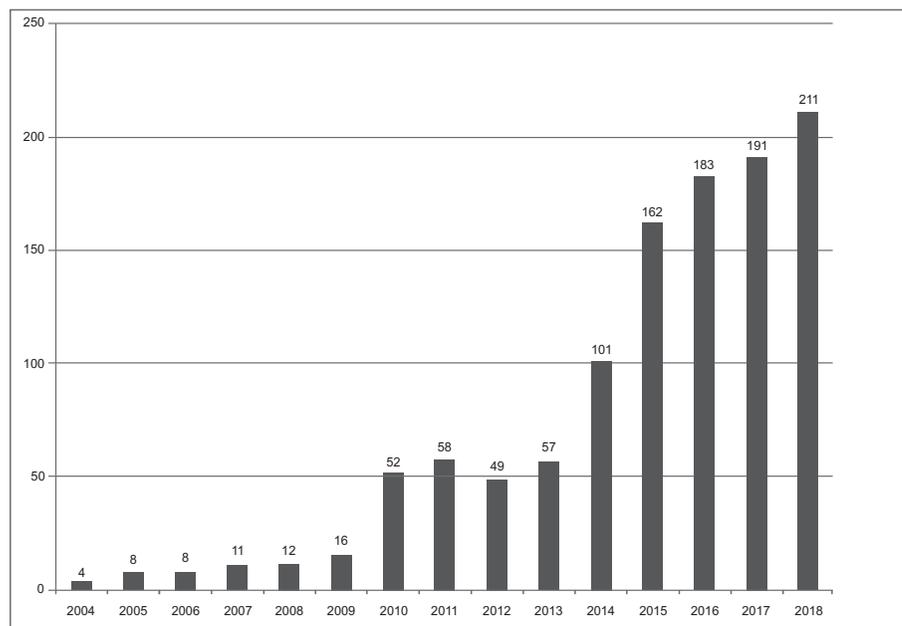


Gráfico 1 - Evolução dos conflitos envolvendo a mineração no Brasil - 2004 a 2018. Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018). Elaboração: Luiz Jardim Wanderley (UERJ) e Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves, (UEG).

CONJUNTURA POLÍTICA

Mais além da conjuntura: por outros horizontes de sentido

Em novembro de 2018, realizou-se em Marabá, Pará, o VI Encontro Terra e Território. Participaram homens e mulheres de todas as regiões do Brasil e, ainda, do Chile, da Bolívia, da Colômbia, do México e da Venezuela.

O encontro aconteceu imediatamente após as eleições de 2018, em que um projeto regressivo e conservador foi vitorioso. A perplexidade e a indignação tomavam conta dos participantes.

Provocados pelas manifestações dos presentes, os professores Bruno Cezar Malheiro e Fernando Michelotti, professores da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e Carlos Walter Porto-Gonçalves da Universidade Federal Fluminense, se deram ao trabalho de fazer uma análise de conjuntura da realidade brasileira buscando ir além da perplexidade e da indignação, para superar a atual crise.

Vamos abaixo destacar alguns pontos dessa longa análise.

A despolitização da pobreza

A análise critica os governos petistas anteriores, pois ao não enfrentar “os problemas estruturais de concentração da propriedade e da renda, da financeirização do cotidiano e da mercantilização de todas as esferas da vida (terra, cidade, educação, saúde, aposentadoria, ar...), não apenas perdeu legitimidade frente às classes subalternas, mas promoveu uma despolitização da pobreza”. As políticas adotadas ficaram reduzidas à expansão do consumo e não da cidadania. “Não é de causar espanto que as pautas morais foram mais determinantes da eleição de 2018 do que as pautas políticas e econômicas!”, dizem os autores.

E eles mostram que esta eleição é seqüela do golpe que transformou um instrumento contábil amplamente utilizado por vários governos anteriores, em motivo para o impedimento de uma presidente “num espetáculo midiático sem precedentes na história nacional e que demonstraria ou consolidaria uma estrutura de golpes de um novo tipo na América Latina, construídos sob a insígnia da legalidade, sob a tutela do judiciário, da

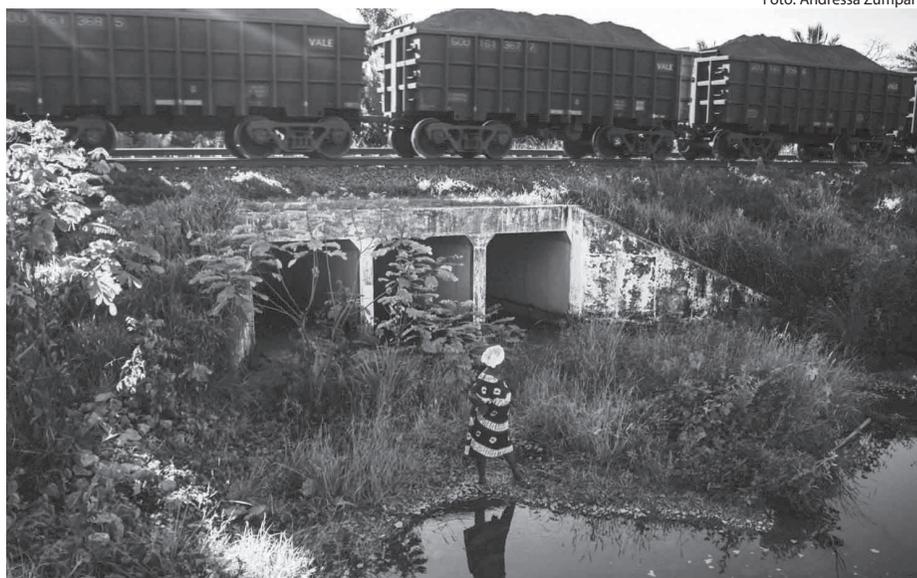


Foto: Andressa Zumpano

polícia federal, das casas parlamentares e da mídia, o que demonstrava a enorme fragilidade das instituições democráticas construídas nos últimos trinta anos”.

Criando zonas de extermínio

“A flexibilização de legislações ambientais e o ataque aos direitos territoriais de indígenas, quilombolas e camponeses como pauta legislativa, atrela-se, como nunca, ao banditismo social de grandes latifundiários que, blindados pela impunidade e com a cumplicidade da polícia, por vezes milícia, cada vez mais estão autorizados a matar”.

“E, assim, o Brasil vai criando suas zonas de extermínio. O interior da Amazônia, assim como a periferia das grandes cidades, aqueles que lutam por direitos e que ainda constroem relações de sentido intensas com a terra, com a floresta, com as águas, com a cidade, são jogados na vala comum da indiferença pela sacralização da mercadoria e da propriedade privada”.

Não há mudanças sem ouvir os povos

Vocês falam que somos pobres e que nossa vida vai melhorar (...) Só porque somos diferentes de vocês, que vivemos de forma diferente, que damos valor para coi-

sas diferentes, isso não quer dizer que somos pobres. Nós Yanomami temos outras riquezas deixadas pelos nossos antigos que vocês, brancos, não conseguem enxergar: a terra que nos dá vida, a água limpa que tomamos, nossas crianças satisfeitas.

Davi Kopenawa Yanomami

“Um giro se faz necessário e as palavras de Davi Kopenawa Yanomami pedem passagem! O que estamos querendo dizer é que não há mudanças sem ouvir os povos, sem um giro territorial, um deslocamento de nossas referências espaço-temporais, sem reconhecer que os mais de 85 milhões de hectares de assentamentos agrários, os mais de 110 milhões de hectares de terras indígenas e os cerca de 44 milhões de hectares de territórios quilombolas, não são nossos entraves, mas nossas soluções, pois são patrimônios acumulados de onde deve partir qualquer projeto de Brasil que não seja subserviente aos marcos do sistema mundo moderno-colonial. São, portanto, 85 milhões de hectares de terras que foram conquistados em assentamentos, e um dos grandes desafios é transformar os assentados em sujeitos políticos e não somente em clientes ou beneficiários do Estado, da reforma agrária tutelada, como tem sido até aqui. Se somarmos a área plantada com soja, cana, milho e eucalipto, as principais culturas do latifúndio empresarial – agonegócio – não chegam aos 85 milhões de hectares conquistados, cuja experimenta-

ção agroecológica nos fala que é possível comer sem veneno e viver com mais autonomia”.

Descolonizar o pensamento e a ação

Cada vez mais se fala (1) em soberania dos povos e não simplesmente do povo, (2) não mais somente de estado-nação, mas de plurinacionalidade, de estado plurinacional, (3) de vida em plenitude (Sumaq Qamaña, em aimará, ou Sumak Kawsay, em quéchua) como alternativas ao desenvolvimento e não de desenvolvimento, (4) de luta pelo território, mais que de luta pela Terra, e (5) mais que direitos humanos se fala de direito à vida humana e não-humana, enfim, também de direitos da natureza. Não há como não ver aqui uma descolonização do pensamento-ação e uma luta teórico-política que se enfrenta com as direitas e as esquerdas tradicionais em sua crítica ao capitalismo e à colonialidade.

Considerar além da produção a reprodução

“Devemos entender o significado da irrupção do feminismo nas ruas como a entrada em cena de uma nova forma da política que parte da sociedade e recupera uma história de politicidade comunal, represada por todo o tempo da colonial-modernidade. Ainda haveremos de saber colocar verdadeiramente em nosso horizonte estratégico o bom combate ao patriarcalismo. E não o será separando classe e gênero. Afinal, a classe não se resume ao lugar de produção, como se acreditou. O trabalho não-pago da mulher cuidando da prole, cozinhando, atenta aos primeiros cuidados da saúde, garantindo a reprodução da família, sendo trabalho não pago é mais-valia. Mais que de produção haveremos que considerar a reprodução não só do capital, mas da família proletária, considerando quem cuida da prole, proletária que é, nesse mundo patriarcal. Enfim, considerar além do trabalho, a vida; além da produção, a reprodução. Gênero e classe ao mesmo tempo sem diluição de um no outro”.

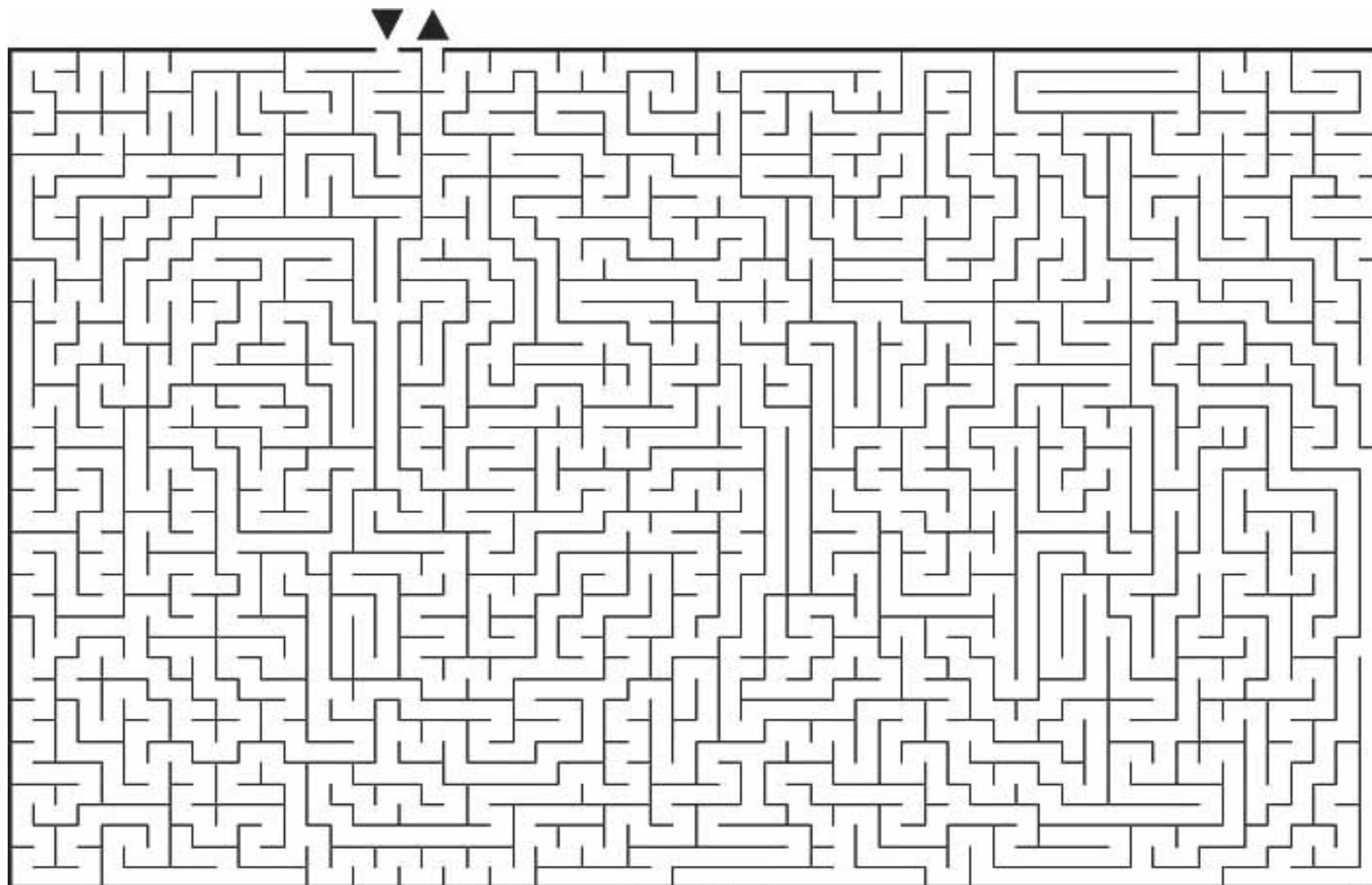
CAÇA NÚMEROS

0	0	1	1	2	2	5	2	2	6	6	9
7	5	1	9	6	7	9	5	1	6	8	7
7	3	2	7	5	6	6	6	4	4	3	9
3	9	4	2	5	0	0	0	1	8	6	4
2	7	8	5	3	9	5	4	3	2	0	5
9	8	0	1	4	0	9	9	8	7	9	4
5	8	0	0	6	8	7	8	6	7	3	2
6	2	4	0	0	5	5	2	8	9	9	7
3	9	6	0	3	4	2	0	0	1	2	1
2	5	9	8	6	6	4	6	2	5	1	8
1	1	8	0	8	0	8	3	1	6	1	0

- 39.425.000** hectares em disputa em 2018
- São mais **251.000** pessoas envolvidas em conflitos em 2018
- 1.124** é o número de conflitos por terra
- 11.225** é o número de famílias despejadas em 2018
- 276** é o número de conflitos pela água em 2018
- 1.465** é o número de trabalhadores em situação de trabalho escravo em 2018
- 945** número de pessoas libertadas do trabalho escravo em 2018
- 482** é o número de mulheres que sofreram alguma tipo de violencia em 2018
- 161** é o numero de conflitos em que estiveram envolvidos povos indígenas.
- 56** é o número de conflitos que afetaram os povos indígenas depois da eleição presidencial
- 165** é o número de pessoas que receberam ameaças de morte em 2018
- 28** é o número de trabalhadores assassinados em conflitos no campo em 2018
- 2.307** é o número de famílias expulsas da terra em 2018
- 130.572** é o numero de famílias envolvidas em conflitos por terra em 2018
- 1.489** é o número dos conflitos no campo em 2018
- 960.342** é o número de pessoas envolvidas em conflitos no campo em 2018

LABIRINTO

Os indígenas conhecem muito bem a mata, por isso conseguem despistar os pistoleiros e sair livres.
 Você consegue refazer o caminho que eles fizeram?



NINGUÉM
A MÃO SOLTA
DE NINGUÉM

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...

NINGUÉM
A MÃO SOLTA
DE NINGUÉM



Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
Endereço: _____
Exemplares: _____

Assinatura anual:

- | | | | |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| <input type="checkbox"/> | Brasil | R\$ | 10,00 |
| <input type="checkbox"/> | Para o exterior | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica

9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA